

**O MARXISMO DE ANTONIO GRAMSCI E SUA INFLUÊNCIA NO SERVIÇO
SOCIAL BRASILEIRO PARA A COMPREENSÃO DA REALIDADE
BRASILEIRA:
Uma perspectiva histórico-crítica**

Gisele Caroline Ribeiro Anselmo¹

Salyanna de Souza Silva²

Resumo:

O alcance de Gramsci no Serviço Social brasileiro acompanha a influência do próprio marxismo na profissão. Os conceitos gramscianos continuam sendo importantes instrumentos para a compreensão e análise da realidade concreta, repercutindo na produção de conhecimento na nossa área, desde o processo de Renovação da profissão no Brasil. O presente artigo teve como objetivo principal refletir sobre a importância da influência de Antonio Gramsci no Serviço Social brasileiro para a compreensão da realidade brasileira, numa perspectiva histórico-crítica. Trata-se de resultados de uma pesquisa bibliográfica de caráter qualitativo. Para atingir o objetivo pretendido desta pesquisa seguiu-se uma série de procedimentos metodológicos, tais quais: identificação, leitura e seleção da bibliografia de referência; hierarquização e sistematização das principais categorias e, por fim, foram realizadas as inferências para a construção deste trabalho. Em momento de acirramento das desigualdades sociais, da crise socio-sanitária de dimensão jamais vista no nosso país (e no mundo), aliada à ascensão do neoconservadorismo e do fascismo, as reflexões de Gramsci mostram-se extremamente atuais para a compreensão e intervenção na realidade concreta pelos assistentes sociais, intelectuais orgânicos, estudantes, enfim, toda a sociedade. Assim, evidencia-se a importância de apreender a realidade brasileira a partir de uma análise crítica fundamentada no pensamento do marxista sardo Antonio Gramsci.

Palavras-chave: Fundamentos do Serviço Social. Marxismo. Gramsci. Realidade Brasileira.

¹ Assistente social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/UFPB). Pós-Doutora pelo Departamento de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Bacharel em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). ORCID: 0000-0003-4130-1152 E-mail: gribeiroanselmo@gmail.com.

² Assistente Social. Professora Adjunta do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-Graduação em Política Social da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Doutora em Serviço Social pela Università degli Studi Roma TRE (Roma/Itália). Mestre em Serviço Social pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). ORCID: 0000-0002-3329-4856. E-mail: salyanna.silva@ufes.br

Abstract:

Gramsci's reach in the Brazilian Social Service follows the influence of Marxism in the profession. Gramscian concepts continue to be important instruments for understanding and analyzing the concrete reality, affecting the production of knowledge in our area, since the process of Renewal of the profession in Brazil. The main objective of this article is to reflect on the importance of Antonio Gramsci's influence on Brazilian Social Work for the understanding of the Brazilian reality, in a historical-critical perspective. These are the results of a qualitative bibliographic research. To achieve the intended objective of this research, a series of methodological procedures were followed, such as: identification, reading and selection of the reference bibliography; hierarchization and systematization of the main categories and finally, the inferences for the construction of this work. At a time of worsening social inequalities, the socio-sanitary crisis of a dimension never seen in our country (and in the world), allied to the rise of neoconservatism and fascism, Gramsci's reflections are extremely current for the understanding and intervention in concrete reality by social workers, organic intellectuals, students, in short, the whole of society. Thus, the importance of apprehending the Brazilian reality from a critical analysis based on the thought of the Sardinian Marxist Antonio Gramsci is highlighted.

Keywords: Fundamentals of Social Work. Marxism. Gramsci. Brazilian reality.

INTRODUÇÃO

Para o Serviço Social brasileiro e latino-americano as primeiras aproximações ao “marxismo” se deram acompanhando o *Movimento de Reconceituação* da profissão. Nesse momento germinal, tal perspectiva crítica trazia consigo alguns equívocos da II Internacional, dentre esses realizava uma leitura de viés economista e eclético, sem recursos às obras originais de Karl Marx e demais autores(as) marxistas.

Somente no final da década de 1980, acompanhando o movimento de redemocratização, ampliação dos direitos civis/sociais e reorganização da esquerda no Brasil, o Serviço Social se aproxima das obras completas de Marx, bem como de outros autores(as) marxistas como, por exemplo, o húngaro György Lukács e o italiano Antonio Gramsci, este último contribuiu com suas reflexões no âmbito da política, da cultura e da ideologia, por meio de categorias como o Estado, sociedade civil e política, hegemonia, filosofia da práxis, o que contribui para a “superação da perspectiva estruturalista de Althusser, permitiu repensar a compreensão meramente instrumental do Estado e dos vínculos entre política social, questão social e profissão” (SIMIONATTO, 2018, p. 90).

No âmbito dos estudos marxistas e marxianos, o italiano Antônio Gramsci (1891 – 1937) se apresenta como um dos autores mais pesquisados em todo o mundo; foi

considerado por Eric J. Hobsbawm como o teórico mais original do marxismo ocidental. Suas contribuições são relacionadas seja aos estudos e análises originais e inovadoras, seja à sua postura política como um dos fundadores do Partido Comunista Italiano (PCI).

Segundo Guido Liguori (2012) a obra de Gramsci pode ser considerada “complexa, labiríntica e aberta”, existindo diversas interpretações e polêmicas até hoje. Em linhas gerais, o referido autor destaca duas diferentes leituras: uma primeira relacionada à visão “comunista”, “togliattiana, antitogliattiana ou post-togniattiana”,³ na qual Gramsci é considerado um “comunista crítico”, um “ponto de partida de uma original possibilidade de ser comunista depois da crise do ‘socialismo real’” (LIGUORI, 2012, p. 17). A segunda leitura, pelo contrário, é relacionada a interpretações que entendem Gramsci como um autor liberal-democrata ou liberal-socialista. Ao considerá-lo liberal e libertário, enfatiza sua dimensão intelectual em detrimento daquela política.

O trabalho em tela está dividido fundamentalmente em dois pontos, o primeiro busca analisar a influência do marxista sardo no Serviço Social brasileiro. No segundo ponto, trazendo elementos da atualidade do pensamento de Gramsci para entendermos a realidade brasileira, utilizando ainda autores como Carlos Nelson Coutinho (1993) e Florestan Fernandes (2006).

1. O marxista sardo e o Serviço Social brasileiro

O alcance de Gramsci no Serviço Social brasileiro acompanha a influência do próprio marxismo na profissão, bem como na esquerda nacional. Nesse sentido, embora as obras gramscianas na América Latina remontem os anos de 1950, com a publicação das Cartas do Cárcere pela *Ediciones Lautaro* em Buenos Aires, sua inserção no Brasil foi atravessada por dois importantes obstáculos, a saber: a censura promovida pela Ditadura civil-militar (1964-1985) com a subsequente decretação do AI-5 (1968) e a então cultura dominante da esquerda nacional que era influenciada pelo “marxismo da Terceira Internacional” ou “marxismo-leninismo”, que além de se expressar como concepção de marxismo, reverbera na própria leitura de realidade brasileira (SIMIONATTO, 2011).

De uma forma geral, Simionatto (2011) evidencia que a recepção das ideias do marxista italiano no Brasil se deu em dois importantes ciclos, no primeiro alinham-se as

publicações da década de 1960, que compreendem os trabalhos de Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder, Michael Lowy e Otto Maria Carpeaux.

Sobre esse período vale ressaltar a primeira publicação dos Cadernos no Brasil, que data de 1966, tradução de Luiz Mário Gazzaneo, Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Tal edição seguiu a experiência inicial italiana, sendo uma edição temática, que, segundo Bianchi (2018), além de apresentar traduções equivocadas e ainda excluiu os prefácios da edição italiana, o que deixou “o leitor brasileiro sem saber que se tratava de uma reconstrução do texto original” (idem, p. 41)

Enquanto no segundo ciclo encontram-se as produções da metade das décadas de 1970 e 1980, período auge da produção teórica sobre o autor, tal ciclo ganha fôlego acompanhando a crise da autocracia, marcada em 1979 pela revogação do AI-5, com subsequente reabertura política e cultural no Brasil.

Somente no final dos anos 1990, os Cadernos ganham uma nova edição pela Civilização Brasileira, através de Carlos Nelson Coutinho. Com um total de 06 volumes, tal edição trata-se de um *mix* entre aquela temática e respeitando ainda a estrutura dos Cadernos.

Imerso a essa realidade é que o marxismo e o pensamento de Antonio Gramsci incidem no Serviço Social brasileiro. Como marco importante para profissão destacamos o Movimento de Reconceituação, que mobilizou a categoria em toda a América Latina.

No processo de renovação profissional, temos o marco do “Método de Belo Horizonte” (BH) enquanto proposta do curso voltada para intervenção social, contudo foi enviesada por teses maoístas e althusserianas. Nesse contexto, importante destacar a proposta de Marilda Vilela Iamamoto em *Legitimidade e crise do Serviço Social*, que recorreu às fontes originais de Marx, referenciando também o pensamento gramsciano em “americanismo e fordismo” e a questão dos intelectuais (SIMIONATTO, 2011, p. 171).

O debate de Gramsci no Serviço Social adentra inicialmente no movimento de reflexão da categoria sobre a atuação da/o assistente social como intelectual orgânico das classes subalternas. Contudo, sinaliza Simionatto (2011) que tal debate nem sempre foi inspirado numa leitura apurada do autor e “foi muitas vezes utilizado para reeditar certas tendências da visão missionária do assistente social em face dos segmentos pauperizados da população” (SIMIONATTO, 2011, p. 171-172).

No período entre as décadas de 1980 a 1990, novas produções teóricas surgiram, muito com as contribuições das pós-graduações em Serviço Social e outras áreas afins.

Destacamos o debate de Safira Bezerra Ammann com sua tese de livre-docência em 1979, publicada em 1980, intitulada a *Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil*. Ao analisar a então proposta de desenvolvimento de comunidade com forte influência da perspectiva norte-americana, Ammann incorre em alguns equívocos.

Boa parte dos intelectuais do Desenvolvimento de Comunidade estiveram sempre separados da realidade nacional-popular, e a construção da vontade coletiva requer a articulação entre intelectuais e povo, que passa pela integração orgânica com a luta das classes subalternas para se afirmarem como sujeitos efetivos do processo político e social (SIMIONATTO, 2011, 203)

Em 1970, destacamos também a professora Miriam Limoeiro Cardoso, que juntamente do Mestrado da PUC do Rio de Janeiro terá uma grande influência em grupos de profissionais particularmente nos anos de 1978 e 1979. Em 1972 defende sua tese de doutorado na Universidade de São Paulo (USP), tratando do tema da questão da dominação ideológica, utilizando-se teoricamente de Althusser com algumas referências em Gramsci e sem recurso a Marx. A professora encerra o trabalho junto à PUC-RJ em 1981 e por motivos político-ideológicos em um contexto de crise institucional no qual são demitidos 29 professores.

No final de 1970, sinalizamos o debate de Alba Maria Pinho de Carvalho, que em 1979 ingressa no curso de Mestrado da PUC-RJ aproximando-se de Miriam L. Cardoso contando também com interlocuções de profissionais de Serviço Social. O trabalho intitulado *A questão da transformação e o trabalho social: uma análise gramsciana* tratou-se da análise que recorreu às fontes originais gramscianas publicadas no Brasil e na Argentina. Os principais conceitos gramscianos estudados eram hegemonia, consenso, força, reforma intelectual e moral, ideologia como sinônimo de concepção de mundo, formação da vontade coletiva, processos de contra-hegemonia. Nesse sentido, o trabalho de Carvalho foi definido como a:

primeira reconstrução cuidadosa e abrangente do pensamento de Gramsci que recorre às fontes originais. O que diferencia o trabalho da autora em relação às reflexões do seu grupo acadêmico anteriormente mencionado é o exame que busca fazer das propostas do SS inerentes ao Movimento de Reconceituação a partir de uma interlocução direta com as Ciências Sociais e com as fontes clássicas da teoria social (SIMIONATTO, 2011, p. 204)

No Departamento de Serviço Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) temos também as contribuições das professoras Marina Maciel e Franci Gomes Cardoso. Tais autoras aprofundam no debate da metodologia no Serviço Social, da

concepção de hegemonia e relação hegemônica como relação pedagógica, ponto trazido por Gramsci no debate sobre a escola; na perspectiva filosófica da práxis como fundamento da realização da “crítica do senso comum” com possibilidade de distanciamento da influência ideológica dos grupos dominantes juntamente aos grupos subalternos.

As autoras também contribuem resgatando a noção gramsciana de práxis como momento “ético-político”, com ênfase ao momento da catarse, ou seja, a passagem entre o momento “econômico-corporativo” ao momento “ético-político”.

O tema dos intelectuais e o Serviço Social também ganha espaço. Para Maciel e Cardoso ele está relacionado à questão da “prática pedagógica”, como “estratégia fundamental na luta pela hegemonia” (SIMIONATTO, 2011, p. 219). Para as autoras, enquanto elemento do processo hegemônico, a prática pedagógica é “um conjunto de estratégias e práticas políticas a partir das quais se efetiva o processo de adesão, coesão e organização da classe, o que exige a criação de meios e mecanismos numa ação dessimétrica à atividade pedagógica dominante” (MACIEL; CARDOSO, 1989, p. 169 apud SIMIONATTO, 2011, p. 219).

No tocante ao debate da metodologia no Serviço Social, elas vão conceber o Serviço Social como expressão da práxis, dotado de uma dimensão teórica e prática. Sugerindo ainda a construção de um tríptico método, a saber: o método de investigação, o método de exposição (inspirado no referencial marxista) e o método de intervenção. Maciel e Cardoso propõem ainda a metodologia de investigação/ação, pois a partir de tal metodologia é possível ampliar a participação dos setores populares na elaboração e melhor uso do conhecimento, potencializando assim a luta pela transformação societária. Dessa forma, podem-se construir um saber específico centrado na população e ampliar as alianças com os setores populares.

Inseridas no Grupo de Estudos, Pesquisa e Debates em Serviço Social e Movimento Social (GSERMS) inserido no Departamento de Serviço Social e vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PPGPP) da UFMA, as professoras Maciel e Cardoso vêm realizando diversas atividades, como pesquisas, eventos e publicações no âmbito do Serviço Social, Política Social e teoria marxista e gramsciana.

Sinalizamos ainda o trabalho de Ivete Simionatto, com destaque para a sua tese de doutoramento junto ao Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) em 1993, sob orientação do Prof. Carlos Nelson Coutinho. No presente trabalho a autora objetivou discutir e apresentar as

principais categorias do pensamento gramsciano, bem como suas influências no Brasil e no Serviço Social.

Trata-se de uma obra de grande envergadura que passou a ser referência para estudos e pesquisas sobre o pensamento do marxista italiano e o Serviço Social nacional. A autora supera a leitura endógena da profissão, relacionando a influência de Gramsci no Serviço Social a partir da leitura histórica da esquerda italiana e brasileira, a própria Ditadura civil-militar de 1964, instauração do Ato Institucional 5 (AI 5) e implicações para inserção das obras e pensamento marxistas, particularmente gramscianos. Em relação à inserção de Gramsci no Serviço Social, a autora faz uma relação com o movimento de renovação e ruptura com o conservadorismo.

Vale ressaltar também as contribuições trazidas pela autora sobre o debate dos intelectuais e o Serviço Social. Simionatto (2011) evidencia a distinção entre intelectuais orgânicos daqueles tradicionais, sendo estes últimos não necessariamente conservadores. À luz do pensamento de Gramsci, a autora coloca que o que define o intelectual tradicional é a origem da classe social a qual está vinculado. Nas palavras da autora:

os intelectuais tradicionais surgem na história a partir de uma estrutura econômica anterior. Eles sobrevivem ao desaparecimento de um modo de produção passado e, na atualidade, gozam de uma certa autonomia em face das classes fundamentais. Pode ocorrer também que, na passagem de uma formação histórica a outra, o intelectual vincule-se aos aparelhos privados de hegemonia para desenvolver suas funções profissionais e, ao mesmo tempo, vincule-se organicamente às instituições representativas da classe trabalhadora. Nesse sentido, ele é, simultaneamente, um intelectual orgânico e tradicional (SIMIONATTO, 2011, p. 190).

Logo, o intelectual tradicional ou orgânico em termos gramscianos pode ser conservador ou revolucionário, a depender de sua vinculação ao projeto burguês ou ao projeto das classes subalternas.

A reflexão sobre o intelectual orgânico, que ocupa na obra de Gramsci um lugar considerável, é retomada muitas vezes de forma simplista e reducionista. Cabe assinalar que tornar-se intelectual orgânico, no sentido gramsciano, não envolve apenas uma questão moral de “dever ser”, ou uma opção apenas tingida com as tintas de um novo referencial teórico. Não é suficiente, também, que os assistentes sociais transfiram-se em massa às fileiras dos movimentos populares e posicionem-se com atitudes de rejeição e crítica ao sistema capitalista. Tornar-se intelectual orgânico das classes subalternas não implica apenas a realização de mudanças de cunho teórico, mas implica também uma prática articulada com as organizações representativas das classes subalternas,

contribuindo para que estas se afirmem cada vez mais como protagonistas políticos (SIMIONATTO, 2011, p. 189)

A partir dessa caracterização, no sentido de identificar a/o assistente social enquanto intelectual, Simionatto (2011) relaciona os diferentes espaços de vinculação desse profissional. Atuando na universidade (instituição que em termos gramsciano pode ser considerado aparelho privado de hegemonia) ou estando ligado às práticas de assistência social, a/o profissional pode ser considerado intelectual tradicional (conversador ou revolucionário), pois são esferas que têm sua origem anterior à sociabilidade capitalista. Ligada/o à universidade “ele não pode ser definido como intelectual orgânico, uma vez que a função que exerce não foi criada por nenhuma das duas classes fundamentais (idem, p. 190).

Nesse sentido, a prática de assistência social tem sua origem na idade média, caracterizada enquanto auxílio aos pobres, “poderíamos situar o assistente social como intelectual tradicional, na medida em que suas funções representam uma continuidade histórica, perpassando diferentes formações sociais” (SIMIONATTO, 2011, 191), muitas vezes relacionado às instituições criadas pela Igreja Católica.

Contudo, na trama do capitalismo monopolista a prática assistencial passa a ser uma atividade institucionalizada e legitimada pelo Estado e setores das classes dominantes a partir o surgimento das políticas sociais, principal espaço sócio-ocupacional das/os assistentes sociais, sob elas o Serviço Social encontra o fundamento para sua profissionalização e requisição junto à sociedade (NETTO, 2001).

Além de expressar um conjunto de procedimentos técnico-operativo, o que solicita uma gama de profissionais seja para sua formulação que implementação e avaliação, as políticas sociais têm também uma importante função política e ideológica na reprodução da sociedade capitalista.

A dimensão da produção capitalista para sua (re)produção cria mecanismos para garantir seu desdobramento na estrutura social como um todo, implicando assim na formação de novas sociabilidades. Sobre tal argumento importante destacar o debate de Gramsci no *Caderno 22 (V) 1934 - Americanismo e fordismo*, no qual o marxista italiano evidencia a relação entre a estrutura produtiva/econômica e a constituição moral da classe trabalhadora.

A partir das palavras do marxista sardo podemos entender que para assegurar a hegemonia é necessária a estruturação de todo um complexo social, econômico, político, cultural e filosófico.

Simionatto (2011) destaca também no pensamento gramsciano a hegemonia como “direção intelectual e moral”, direção que se expressa no campo das ideias e da cultura objetivando a conquista do consenso no interior das classes. Tal hegemonia produz consigo a subalternidade de grupos sociais, que também “significa subalternidade política e cultural” (idem, p. 49). Assim, o pensamento gramsciano não subestima a luta pela conquista ideológica, pelas ideias, mas ao contrário, o coloca em evidência.

No Caderno 13 (1932-1934) no parágrafo 17 – *Análise das situações: relações de força* (p. 1578), o autor distingue entre diversas relações de força sociais, havendo aquelas ligadas à estrutura, à política e às forças sociais militares. Assim, para Gramsci o mal/bem-estar econômico da esfera estrutural é relevante contudo, na disputa pela relação de forças, assume um caráter parcial.

a ruptura no equilíbrio das forças não advém por motivos mecânicos imediatos ao inserimento do grupo social que tem interesse em romper o equilíbrio e de fato o rompe, mas advém no quadro de conflitos superiores ao mundo econômico imediato (GRAMSCI, 2014, p. 1587).

A disputa de classes, embora tenha como aspecto fundante a estrutura da divisão econômica, para (re)produção da direção hegemônica entre dominantes e dominados/as (subalternizados/as) precisa garantir também a disseminação de valores e ideologias bem como sua incorporação e aceitação. O comunista sardo ressalta que “O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e predisposta que se pode avançar quando se julga que a situação é favorável (idem, p. 1588).

A partir dessa importante contribuição, sinalizamos que o Serviço Social nasce em um contexto de conflitos e contradições, caracterizado principalmente pela influência, conservadora e restauradora, da ideologia da Igreja Católica e do projeto burguês, interagindo também com “outros projetos sociopolíticos” (NETTO, 2001), presentes na sociedade.

Se considerarmos ainda que os serviços sociais prestados pelo Estado, especialmente no que diz respeito às políticas sociais, constituem uma arena de lutas como resultado da correlação de forças sociais que se manifestam nas diversas conjunturas, podendo assim expressar as pressões e reivindicações concretas da população, poderemos compreender que o Assistente Social tem possibilidades de direcionar a sua prática tanto na perspectiva das classes dominantes quanto na perspectiva das classes dominadas, possuindo, portanto, uma certa autonomia. Assim, se a prática do assistente social é polarizada pelos interesses contraditórios das classes fundamentais, ele não reproduz monoliticamente as demandas do poder burguês, mas a sua atividade é tensionada por estas contradições (SIMIONATTO, 2011, p. 192).

De uma forma geral, embora Gramsci seja um autor que no Serviço Social seja correntemente citado a partir de suas diferentes categorias (Estado, hegemonia, intelectuais, etc.) nota-se a necessidade de um maior aprofundamento de suas categorias e pensamento. Muitas vezes ele é analisado a partir de seus diferentes intérpretes com pouco recurso à produção gramsciana.

Se antes poderíamos falar de dificuldades para acesso, equívocos na tradução, hoje por outro lado, temos a divulgação e publicação no Brasil de novas obras de Gramsci, um novo elemento também foi a criação, em 2015, da International Gramsci Society (IGS) Brasil que tem como objetivo divulgar o pensamento gramsciano.

Dessa forma, nos últimos anos vemos em toda a América Latina diversas novas obras e estudos sobre Gramsci e sua tradutibilidade no continente.

2. Influências das reflexões do pensamento de Gramsci para pensar a realidade brasileira

Ao seguirmos o “filo rosso” do pensamento de Gramsci sobre o Estado, entendemos que para um estudo mais particular do Estado brasileiro precisamos inicialmente entender os elementos de sua formação econômica, histórica, política e social. Assim, nesse ponto traremos, além das contribuições de conceitos trabalhados pelo autor, a contribuição de autores brasileiros que buscaram entender a realidade do “mezzogiorno tropical” (BIANCHI, 2019).

A modernização do capitalismo brasileiro se deu sem a realização de uma “revolução burguesa”, como aconteceu nos países do norte da Europa. O sociólogo brasileiro Florestan Fernandes (2006) considera que o capitalismo no Brasil assume um lugar de subalternidade em relação ao capital internacional. Ao invés de uma revolução progressista permeada pelo ideal nacional-democrático, no Brasil, a burguesia preservou e incorporou os elementos da aristocracia autocrática e fez alianças com o capitalismo internacional imperialista.

Ao estudar o sistema escravagista nacional, Fernandes (2006) afirma que este se inseriu no quadro do lucro, fortaleceu e constituiu uma elite senhorial e patrimonialista, um capitalismo marginal. Contudo, mais do que produzir desdobramentos econômicos e sociais, tal sistema produziu um complexo cultural de mentalidades e relações sociais elitista, senhorial, conservadora, oligárquica e provinciana.

Ao contrário de outras burguesias, que forjaram instituições próprias de poder especificamente social e só usaram o Estado para arranjos mais

complicados e específicos, a nossa burguesia converge para o Estado e faz sua unificação no plano político (...). Em consequência, a oligarquia não perdeu a base de poder que lograra antes, como e enquanto aristocracia agrária; e encontrou condições ideais para enfrentar a transição modernizando-se, onde isso fosse inevitável, e irradiando-se pelo desdobramento das oportunidades novas, onde isso fosse possível. (FERNANDES, 2006, p. 240).

Logo, a burguesia brasileira não foi capaz de realizar uma “revolução democrático-burguesa”, conforme o modelo jacobino, constituindo-se assim como uma burguesia conservadora, escravagista, antipopular e racista, que captura do Estado para realizar seus interesses. Mesmo com a instituição da república e da democracia no país, seu caráter conservador sempre tenderá a retornar na cena política. O sociólogo brasileiro utiliza a expressão “democracia restrita”, ou seja, a democracia e os direitos civis no Brasil tenderão a existir somente para as elites e as classes dominantes.

Diante da ausência de uma revolução burguesa minimamente progressista, o movimento político das classes dominantes brasileiras será voltado a rearranjos no sentido de manter seu cerne conservador, daí o conceito “drama crônico” (FERNANDES, 2006), ou seja: “como não há ruptura definitiva com o passado, a cada passo este se reapresenta na cena histórica e cobra o seu preço, embora sejam muito variáveis os artifícios da “conciliação” (*Idem*, p. 238).

Vemos emergir um Estado nacional forte e “blindado” frente às reivindicações dos grupos subalternos, que assume a função de “dirigir” politicamente as classes econômicas dominantes. Ao deixar de lado as formas hegemônicas, o Estado privilegia as formas ditatoriais e a prática do transformismo como “modalidade de desenvolvimento histórico que implica a exclusão das massas populares” (COUTINHO, 1993, p. 112). Para esses casos em que é privilegiado o “domínio” em detrimento da “direção”, Gramsci fala de “ditaduras sem hegemonia”, na qual “a hegemonia será de uma parte do grupo social sob inteiro grupo, não desse sobre outras forças a fim de potenciar o movimento, de radicalizá-lo etc., segundo o modelo “jacobino”. (Caderno 15, p. 1823-1824). Se entre as classes dominantes nacionais observa-se a disputa pela hegemonia, para com as classes subalternas, por outro lado, é delegado ao Estado o papel de “direção”.

Todavia, como garantir a manutenção do *status quo* em situações de “ditadura sem hegemonia”? Mediante a cooptação/assimilação de frações rivais pelos grupos do poder, ou seja, pela adoção do “transformismo”. Este pode se dar de duas formas: - pela incorporação de personalidade políticas que originalmente pertenciam a grupos/partidos

historicamente democráticos pelos grupos mais conservadores; - e pelo transformismo de grupos radicais inteiros que passam ao campo mais moderado/conservador.

É nesse contexto que podemos observar em diversos momentos de nossa trajetória histórica a adoção da “revolução passiva” e do “transformismo”, como estratégia do Estado burguês de restaurar e manter a sua dominação diante das pressões populares (de “baixo para cima”). Tal prática possibilitou a incorporação de algumas demandas populares, por outro lado, a burguesia continua a aliar-se com os antigos grupos aristocráticos.

Para a burguesia tupiniquim a “revolução passiva” sempre foi entendida como um imperativo. Coutinho (1993) cita como exemplo a Ditadura de Vargas em 1937, assim como também a Ditadura Militar de 1964 a 1985, que preparou e garantiu as bases econômicas (industrialização agrária e urbana) para possibilitar a expansão do capitalismo monopolista, em certa medida, conseguindo ainda um significativo consenso entre alguns setores das camadas médias (COUTINHO, 1993).

Uma questão de total importância para o estudo do pensamento de Gramsci no Brasil é a definição do tipo de sociedade, ou seja, se o nosso país pode ser caracterizado como “oriental” ou “ocidental” em termos gramscianos. Carlos Nelson Coutinho (1993) nos lembra que embora a “ditadura sem hegemonia” e a “revolução passiva” sejam características fundamentais da nossa formação, o que significa um Estado forte – especificidade das sociedades “orientais”, a formação social brasileira no decorrer de sua trajetória foi se desenvolvendo e adquirindo traços de uma “ocidentalização”, sendo esta “o resultado de um processo histórico” (COUTINHO, 1993, p. 117).

Embora tenhamos na história nacional traços de um Estado forte e uma sociedade civil “gelatinosa”, conforme afirmamos acima a partir do pensamento de Fernandes (2006), não podemos também negar os diferentes processos de nossa trajetória histórica que foram moldando nossa formação, como a abolição da escravidão e o processo de industrialização, tudo isso contribuiu para que a estrutura social do país se tornasse mais complexa, e mais moderna, ainda que o “moderno” permaneça estritamente vinculado com o atraso ‘pré-capitalista, sobretudo no campo (COUTINHO, 1993, p. 122).

Não obstante a tendência à “ocidentalização” brasileira tenha sido freada com a repressão e controle durante a Ditadura Militar de 1964 e com ela a censura, Atos Institucionais (AIs), tortura e violência; ainda assim não conseguiu obstaculizar novas iniciativas. Mais tarde, nas décadas de 1970 e 1980, com o processo de organização e lutas da sociedade civil brasileira na luta pela eleição direta para Presidência da

República, na constituição de sindicatos de trabalhadores, como por exemplo, o Partido dos Trabalhadores (PT) no ABC paulista, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) de caráter nacional, a luta pela redemocratização do país, aponta para constituição das bases objetivas para uma sociedade civil autônoma, embora tais iniciativas possam sofrer represálias do Estado. Assim,

Pondo em prática uma política econômica fortemente modernizadora, a ditadura promoveu um espetacular desenvolvimento das forças produtivas: sob a égide de uma “revolução restauração”, o Brasil ingressou na fase do capitalismo monopolista de Estado. E essa modernização, mesmo sendo “conservadora” – na medida em que manteve e aprofundou a dependência ao imperialismo, as desigualdades regionais e a desigual distribuição de propriedade e renda -, consolidou de modo irreversível os pressupostos objetivos da “ocidentalização” da sociedade brasileira (COUTINHO, 1993, p. 125)

Destarte, no caso brasileiro, país com peculiar formação seja pela sua história, cravada pelo colonialismo, escravização e subordinação ao capitalismo internacional, seja pela constituição de uma burguesia e Estado; sua sociedade civil inicia seus passos para uma autonomização marcada fortemente pelo *mix* histórico entre os efeitos da revolução passiva, do transformismo, do cesarismo/bonapartismo e das diversas contrarreformas iniciadas com o neoliberalismo dos anos 1990.

Atualmente podemos dizer que após o período de mais de uma década de Ditadura civil e militar temos no Brasil uma sociedade “ocidental” nos moldes chamado por Coutinho (2010) de “norte-americano” preponderantemente neoliberal.

(...) caracterizado (...) pela presença de uma sociedade civil forte, bastante desenvolvida e articulada, mas na qual a organização política e a representação dos interesses se dá, respectivamente, por meio de partidos frouxos, não programáticos, e de agrupamentos profissionais estritamente corporativos. (COUTINHO, 2010, p. 40)

O período neoliberal a nível mundial, somado à crise da experiência do socialismo real e cooptação dos movimentos sindicais, irá inaugurar a era das contrarreformas neoliberais, processo sinalizado por Coutinho (2010) como diferentemente da “revolução-restauração”, permeados pelo conservadorismo, mas também incorporando alguns avanços dos “de baixo” em um verdadeiro “reformismo conservador”.

O movimento das contrarreformas não apresenta avanços nem para construção de um projeto contrário ao projeto capitalista nem para classe trabalhadora, não incorpora ganhos, mas procura retirar as poucas conquistas incorporadas no período da revolução passiva. “Na época neoliberal, não há espaço para o aprofundamento dos direitos sociais, ainda que limitados, mas estamos diante da tentativa aberta – (..) – de eliminar tais

direitos, de desconstruir e negar as reformas já conquistadas pelas classes subalternas” (COUTINHO, 2010, p. 37).

Um estudo mais apurado e detalhado sobre tal período histórico no Brasil e América Latina mostra-se como um imperativo para o entendimento de nossa vida política contemporânea. Massimo Modonesi (2019) faz um estudo sobre tal contexto.⁴ Ao evidenciar os governos do PT, o autor ressalta alguns estudos de Ruy Braga e Alvaro Bianchi (2005) (apud MODONESI, 2019) que caracterizam tais governos como revolução passiva e transformismo, contudo sem o cesarismo progressivo.

Coutinho (2010), por outro lado, denomina como “hegemonia da pequena política”, pois não entende que nos governos do período neoliberal havia modificações substanciais relacionadas às reivindicações da classe trabalhadora. Para o referido autor o atual momento de contrarreforma neoliberal traz como “pano de fundo” elementos da “pequena política”, ou seja, da “política do dia a dia, política parlamentar, do corredor, da intriga” (Caderno 13, GRAMSCI, 2014, p. 1563).

No contexto de hegemonia neoliberal, em detrimento da luta por projetos e princípios de sociedade⁵, estão postas disputas partidárias, questões meramente parciais e quotidianas (Caderno, 13, GRAMSCI, 2014, p. 1564), disputas por cargos. Sinaliza ainda o marxista sardo que “é, portanto da grande política a tentativa de excluir da grande política do âmbito interno da vida estatal e reduzir tudo à pequena política” (idem).

Em meados do segundo mandato, a presidenta Dilma Rousseff sofre um aparelhado e orquestrado *impeachment* impulsionado por um movimento de direita. Tal evento foi caracterizado por alguns estudiosos como expressão de um golpe de estado. Assume o cargo de presidente o vice Michel Temer.

É possível afirmar que tal evento pode ser entendido como uma reiteração do chamado “drama crônico” (FERNANDES, 2006), como mencionamos acima, trata-se de um círculo vicioso que se repete reatualizando e reafirmando traços da heteronomia e do

⁴Para Modonesi (2019) os governos progressistas que ocorreram em praticamente toda América Latina nos anos 2000 como “um conjunto de revoluções passivas temperadas de cesarismo progressivo e transformismo”, associada a uma “tensão entre processos de reformas modernizadoras e dinâmicas de passivização/subalternização” (p. 110). O referido autor afirma ainda que tal movimento é permeado por traços tanto progressistas quanto regressistas, evidenciando-se a “revolução passiva”.

⁵ Gramsci no (5). *Grande política (alta política) – pequena política (política do dia a dia, política parlamentar, do corredor, da intriga)* do Caderno 13, sinaliza para diferença entre as duas políticas. Para ele a grande política compreende as questões conectadas às formações de novos estados, com a luta para destruição, a defesa, a conservação de determinadas estruturas orgânicas econômico-sociais” (GRAMSCI, 2014, p. 1564).

conservadorismo da burguesia nacional que se materializam no Estado e na sociedade civil.

O governo que se deu posteriormente foi de desmantelamento das políticas sociais existentes e ataque frontal aos direitos sociais e trabalhistas, podemos destacar a aprovação da Lei 13.467 de 13 de julho de 2019, que altera a Consolidação das Leis do Trabalho. Se utilizando principalmente de medidas “pelo alto”, como, por exemplo, as Emendas Constitucionais (EC), o curto governo aprova a EC 95, que instituiu um novo regime fiscal, medida inaudita que determina limite para os gastos da União para as próximas duas décadas.

O “golpe de 2016” parece na realidade ter sido apenas uma primeira fase para aniquilação de um ciclo. Em tal contexto de reafirmação dos setores conservadores brasileiros reverberou fortemente nas eleições de 2018 que foram marcadas por manobras políticas que envolveram seja o parlamento, que o setor jurídico. Como resultado do segundo turno das eleições de 2018, vence para presidente da república a chapa de Jair Bolsonaro e como vice-presidente o general Hamilton Mourão. Além das eleições de 2018 expressarem o aumento de candidatos ligados às forças armadas, o presidente eleito é notoriamente conhecido por suas posturas ultraconservadoras, machistas, sexistas, homofóbicas e racistas.

É importante entendermos que tal processo nacional não está dissociado de um movimento maior que se caracteriza pelo ressurgimento de grupos fascistas de extrema direita em diferentes países e governos pelo mundo. A partir de aproximações ao pensamento gramsciano, poderíamos entender este contexto como uma reação conservadora frente à crise orgânica do capital internacional.

Vemos a associação do neoliberalismo às pautas ideo-políticas de extrema direita, vale destacar as vitórias de candidatos reacionários à presidência de países que ocupam uma posição estratégica mundialmente, como por exemplo Donald Trump (2016 a 2021) para os Estados Unidos da América, Matteo Salvini em 2018 (vice-primeiro-ministro) para Itália e Jair Bolsonaro em 2019 no Brasil.

Além da apologia ao obscurantismo e negação da ciência, evidencia-se o crescimento de medidas reacionárias, racistas, sexistas em todo o mundo, no contexto da crise mundial, na qual, o neoliberalismo contribui decisivamente para intensificar a distância entre ricos e pobres e posturas discriminatórias e de intolerância.

A partir de março de 2020 tais desigualdades se intensificaram cada vez mais com a explosão da pandemia provocada pela Covid 19. A crise estrutural do metabolismo

antissocial do capital potencializa a desigualdade e racismo tanto em escala mundial como no interior de cada país. Concordamos com Ricardo Antunes (2020) no uso do termo “capital pandêmico”, destacando ainda o caráter discriminatório e brutal da sociabilidade capitalista, penalizando a população pobre, negra, precária, desempregada, imigrante e refugiada.

No hodierno momento da pandemia notamos por um lado, a incapacidade técnica e política em seu enfrentamento, como menosprezo à doença e suas consequências para população, bem como negação explícita da vacina, tais medidas se expressam no cruel número de em mais de 605 mil mortes (dados de 25 de outubro de 2021).⁶

Por outro lado, temos o acelerado aviltamento da classe trabalhadora, particularmente da população negra. Se as taxas de ocupação foram afetadas negativamente para toda a classe trabalhadora no Brasil,⁷ tais índices são mais graves no interior da população negra.

Durante os primeiros meses da pandemia no país, a taxa de desocupação cresceu para todos os grupos de cor ou raça, com média geral passando de 10,7% para 13,1% entre maio e julho. Considerando-se somente a população negra – homens e mulheres –, essa elevação foi ainda superior: passou de 10,7% e 13,8% para, respectivamente, 12,7% e 17,6% (SILVA, SILVA, 2020, p. 08).

A crise econômica e do trabalho intensificada pela pandemia afetou principalmente as mulheres negras, basta observar os dados no tocante ao trabalho doméstico que é constituído principalmente por mulheres (92,3%), entre as quais 67,7% são negras. O contingente de pessoas ocupadas no trabalho doméstico teve uma perda de 11,5%, passando de 4.458 mil (dados de maio) para 3.946 (dados de julho de 2020) (SILVA, SILVA, 2020).

Dados da PNAD Covid-19 demonstram ainda que até mesmo o trabalho remoto, que foi adotado por muitas empresas durante a pandemia como medida de evitar a disseminação do vírus, foi mais adotado entre a população trabalhadora branca (17,6%), que entre aquela negra (apenas 9%). “Somente cerca de um terço do total de trabalhadores ocupados em atividade remota era composto de trabalhadores negros” (SILVA, SILVA, 2020, p. 11).

⁶ Dados: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 25 out. 2021.

⁷ Ao analisar dados da PNAD Covid 19, Tatiana Dias Silva e Sandro Pereira Silva (2020) evidenciam que dados do final do mês de maio de 2020 já apontavam para a redução em torno 7 milhões de pessoas em comparação ao mesmo período do ano anterior.

Estamos de acordo com Antunes (2020) ao afirmar que no contexto da pandemia a classe trabalhadora se encontra sob “intenso fogo cruzado”, pois fica entre uma situação de extrema pobreza e à contaminação pelo vírus, ambas as situações empurrando para a “mortalidade e a letalidade” (p. 14).

Estes dados evidenciam a importância de apreender a realidade brasileira a partir de uma análise crítica fundamentada no pensamento do marxista sardo Antonio Gramsci. Em momento de acirramento das desigualdades sociais, crise socio-sanitária de dimensão jamais vista no nosso país, aliada à ascensão do neoconservadorismo e do fascismo. As reflexões de Gramsci mostram-se extremamente atuais para a compreensão e intervenção na realidade concreta pelos assistentes sociais, intelectuais orgânicos, estudantes, enfim, toda a sociedade.

Considerações Finais

Morto precocemente, Antonio Gramsci nos deixou uma variada e complexa obra sob a qual, mesmo em mais de oitenta anos depois, são realizados diversos estudos de caráter político, filológicos e históricos. Tal pensamento nos proporciona uma leitura histórica, que se contrapõe ao determinismo, etapismo e evolucionismo de tendências equivocadas do próprio marxismo.

Dessa forma, a partir do pensamento inovador do comunista sardo podemos encontrar uma chave para o estudo do movimento contraditório do capitalismo moderno e mesmo das particularidades do modo de produção periférico brasileiro, pois Gramsci em suas análises procura entender elementos diversos da formação econômica, histórica, política e social.

Estamos diante um contexto no qual os estados nacionais são capturados para responder aos interesses do capitalismo em crise, que não se demonstra mais compatível com reformas progressistas e com políticas sociais minimamente estruturadas, retomando a nível mundial posturas de caráter ultraconservador e fascizantes.

Ao resgatar o pensamento do comunista sardo para a realidade brasileira, vemos uma sociedade que foi a duras penas se “ocidentalizando”, malgrado os violentos e constantes ataques de uma burguesia nacional conservadora, que não foi capaz de realizar uma reforma democrática, seguindo os preceitos jacobinos. Tal classe se utiliza vigorosamente do Estado para garantir seus interesses, adotando historicamente a “revolução passiva” e o “transformismo” para tal.

As reflexões sobre o momento atual estão ainda em aberto, nosso único imperativo é o de realizar “um cuidadoso reconhecimento do terreno” (Caderno 7, p. 866), de nossas formações sociais contraditórias. Logo, o “retorno” à Gramsci nos leva ao conhecimento de nossas bases sociais, históricas e econômicas.

Ao estudarmos a incidência do autor no Serviço Social brasileiro, observamos a sua importância para o processo de Renovação da profissão no Brasil, a partir dos finais dos anos de 1970. Suas obras, e a análise das suas principais categorias analíticas, foram instrumentos teóricos fundamentais, junto aos demais pensadores críticos marxistas, para o processo de emergência e consolidação do nosso Projeto Ético-Político profissional. Evidencia-se na atualidade, a importância de sua reflexão anti-fascista, com uma direção social vinculada a uma outra sociabilidade.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Coronavírus*. O trabalho sob fogo cruzado. São Paulo: Boitempo, 2020

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e Serviço Social*: Fundamentos ontológicos. 2ª. São Paulo: Cortez, 2003.

BIANCHI, Alvaro. *O Laboratório de Gramsci*. Filosofia, História e Política. 2ª Edição. Porto Alegre: Editora Zouk, 2018.

COUTINHO, Carlos Nelson. *As categorias de Gramsci e a realidade brasileira*. In: COUTINHO, Carlos Nelson; NOGUEIRA, Marco Aurélio. Gramsci e a América Latina. 2ª Ed. Editora Paz e Terra, São Paulo. 1993

COUTINHO, Carlos Nelson. *A hegemonia da pequena política*. In: OLIVEIRA, Francisco de, BRAGA, Ruy; RIZEK, Cidele (orgs). Hegemonia às avessas: economia, política e cultura na era da servidão financeira. Boitempo Editora, São Paulo. 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. Ensaio de interpretação sociológica. 5a ed. São Paulo: Ed. Globo, 2006.

GRAMSCI, Antonio. *Quaderni del Carcere. Volume Terzo*, Quaderni 12-29. Torino:Giulio Einaudi Editore, 2014

LIGUORI, Guido. *Gramsci Conteso*: Interpretazioni, dibattiti e polemiche – 1922-2012. Editori Riuniti University press, Roma. 2012.

MODONESI, Massimo. *Revoluções Passivas na América Latina*. In: BIANCHI, Alvaro; MUSSI, Daniela; ARECO, Sabrina (org). Antonio Gramsci: filologia e política. Editora Zouk, Porto Alegre. 2019.

NETTO, José Paulo. *Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64*. 6ª ed. São Paulo: Cortez, 2002.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 3. ed. ampliada. São Paulo: Cortez, 2001.

SIMIONATTO, Ivete. As abordagens marxistas no Estudo dos Fundamentos no Serviço Social. In: GUERRA, Yolanda, et al. *Serviço Social e seus fundamentos: Conhecimento e crítica*. Campinas: Papel Social, 2018

SIMIONATTO, Ivete. *Gramsci: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social*. 4ª Ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Tatiana Dias Silva, SILVA, Sandro Pereira. *Nota Técnica Trabalho, População Negra e Pandemia: notas sobre os primeiros resultados da PNAD COVID-19*. IPEA. Novembro, 2020. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10303/1/NT_46_Diest_TrabalhoPopula%C3%A7%C3%A3oNegraePandemia.pdf. Acesso: 21 de fevereiro de 2021.